



A ANTÁRTICA E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO ARGENTINO

Jack Child

O término da vigência do "Tratado Antártico" se aproxima e, com ele, as especulações sobre o destino futuro da Antártica.

Com base no pensamento estratégico da Argentina, o autor prognostica a posição deste país em relação a ele.

(Artigo Transcrito da revista "Política e Estratégica" - Nº 4, Out/Dez 87).

INTRODUÇÃO

Este estudo sustenta que as correntes de pensamento geopolítico na Argentina (e nos países vizinhos) tiveram forte influência sobre a atitude da Argentina em relação à Antártica. A questão não se restringe a aspectos acadêmicos, uma vez que grande parte desse pensamento geopolítico argentino tem forte caráter nacionalis-

ta, encarando outros Estados com interesses na Antártica como potencialmente antagônicos. Ao considerar o pensamento geopolítico argentino e seu foco na Antártica dentro dessa perspectiva, este estudo contraria a corrente de pensamento otimista que prevalece nas questões relativas à Antártica e que tende a enfatizar o sucesso do regime do Tratado da Antártica e a cooperação que caracteriza boa

parte das explorações e estudos científicos deste continente. Contudo, precisamos considerar realisticamente essa crítica menos otimista com base no pensamento geopolítico que, embora sem negar os pontos positivos, se concentra nas tensões e conflitos potenciais, especialmente quando nos aproximamos do ano crítico de 1991, quando o Tratado da Antártica deverá ser revisto.

Pensamento geopolítico do Cone Sul

A estrutura do pensamento geopolítico do Cone Sul e o impressionante fluxo de revistas, artigos e livros que a sustenta e a divulga não são adequadamente conhecidos fora da América do Sul. Pouco dessa produção é traduzido ou lido pelos acadêmicos e políticos norte-americanos ou europeus (Child, 1979 e 1985; Pittman, 1981).

O pensamento geopolítico teve impacto significativo no desenvolvimento interno e nas relações internacionais das nações do Cone Sul da América do Sul nas duas últimas décadas, especialmente quando o governo do país envolvido estava nas mãos de um regime militar e era incentivado por um pequeno grupo de seus adeptos com orientação geopolítica. As correntes geopolíticas em tais

regimes tendem a se concentrar em disputas territoriais históricas e em grandes esquemas de desenvolvimento e expansão nacional. Nos últimos anos, o pensamento geopolítico concentrou-se ainda mais nos recursos (especialmente recursos energéticos). Assim, a idéia de que áreas disputadas possam conter quantidades valiosas de petróleo, carvão ou alimentos provocou um aumento das tensões na região.

Poucos observadores externos deram a atenção merecida à possibilidade de um sério conflito na região antes da trágica Guerra das Malvinas de 1982. As análises feitas a partir desse momento identificaram uma série de possíveis conflitos interligados na América do Sul. Entre eles a ainda não resolvida questão Malvinas/Falklands; a disputa Argentina-Chile sobre o Canal de Beagle; a competição pela influência e controle do Atlântico Sul; e a histórica rivalidade Brasil-Argentina. Todos esses conflitos potenciais estão relacionados com reivindicações concorrentes na Antártica, bem como com as tensões que poderão emergir de uma exploração de recursos nessa região.

Podemos levantar a hipótese de possibilidade de conflito na região se uma ou mais nações acreditarem que as seguintes condições existem: que o direito nacional histórico sobre um ter-

ritório está sob ameaça; que há um prazo final envolvido; que importantes recursos energéticos e alimentícios estão ameaçados; que o país foi vítima de perdas territoriais no passado; que adversários históricos de um país estão formando alianças; e, finalmente, que acontecimentos recentes foram humilhantes e há necessidade de um ato corajoso e patriótico para recuperar o orgulho e a dignidade nacionais perdidos. Em grau maior ou menor, algumas ou todas essas condições são válidas para cada uma das nações do Cone Sul e são especialmente relevantes para a situação argentina. Elas também formam uma forte corrente do pensamento geopolítico dessas nações e se concentram cada vez mais na Antártica.

Há um argumento persuasivo no sentido de que o pensamento geopolítico está atualmente em declínio no Cone Sul, uma vez que os regimes militares estão cedendo a um forte impulso para a democratização e uma volta a regimes civis eleitos. Contudo, esse argumento tende a ignorar o fato de que o pensamento geopolítico está intimamente ligado ao nacionalismo e à xenofobia que não são, de forma alguma, exclusivos dos regimes militares. Além disso, há evidências de que os regimes militares dos anos 70 foram bem-sucedidos no seu objetivo

de inserir material geopolítico nos currículos dos sistemas educacionais nacionais em todos os níveis, sugerindo que o pensamento geopolítico permanecerá como uma força significativa no Cone Sul por um período de tempo considerável.

Os defensores do regime do Tratado da Antártica argumentam que, apesar de suas diferenças, as principais nações envolvidas (Argentina, Chile, e Grã-Bretanha) possuem interesse disfarçado em manter o *status quo* depois de 1991, uma vez que o Tratado é melhor que a anarquia que resultaria de sua anulação. Essas três nações também têm em comum uma posição contra a internacionalização com o objetivo de preservar ou explorar a Antártica para o benefício de toda a humanidade.

Independentemente do resultado final, seja a continuação do regime do Tratado, a internacionalização ou uma "nova ordem antártica" com um setor sul-americano, o pensamento geopolítico no Cone Sul da América do Sul será fator cada vez mais importante à medida que nos aproximamos de 1991. É preciso ler e analisar o pensamento geopolítico na região, tanto em termos de doutrinas comuns às nações da região como de idéias nacionais idiossincráticas, especialmente as da Argentina.

A Antártica e o pensamento geopolítico da Argentina

Geral – Sob vários aspectos, a análise do pensamento geopolítico da Argentina é fundamental para uma compreensão da importância da Antártica na geopolítica da América do Sul (Fraga, 1983, 61). A Argentina tem sido, afinal, a nação sul-americana mais ativa nas questões antárticas e é, juntamente com o Chile, a única nação sul-americana que a reivindica. Os argentinos aprendem desde a infância que seu país é formado por três partes interligadas: continente, Antártica e Argentina insular. Aceitar qualquer coisa menos do que essas três partes é trair uma responsabilidade sagrada em relação à pátria e comprometer as possibilidades da "grandeza" argentina (de la Cruz, 1977, 70-71; Asseff, 1980, 238-243). Uma ampla gama de idéias é usada para sustentar essas crenças, e os argumentos geopolíticos são de importância fundamental.

A base geopolítica para a posição da Argentina em relação à Antártica é potencialmente perigosa devido a ligações com outros possíveis conflitos na região (notadamente o das Malvinas/Falklands, a disputa sobre o Canal de Beagle e a rivalidade com o Brasil), e devido à maneira como a Argentina, Chile e Grã-Bretanha se sobre-

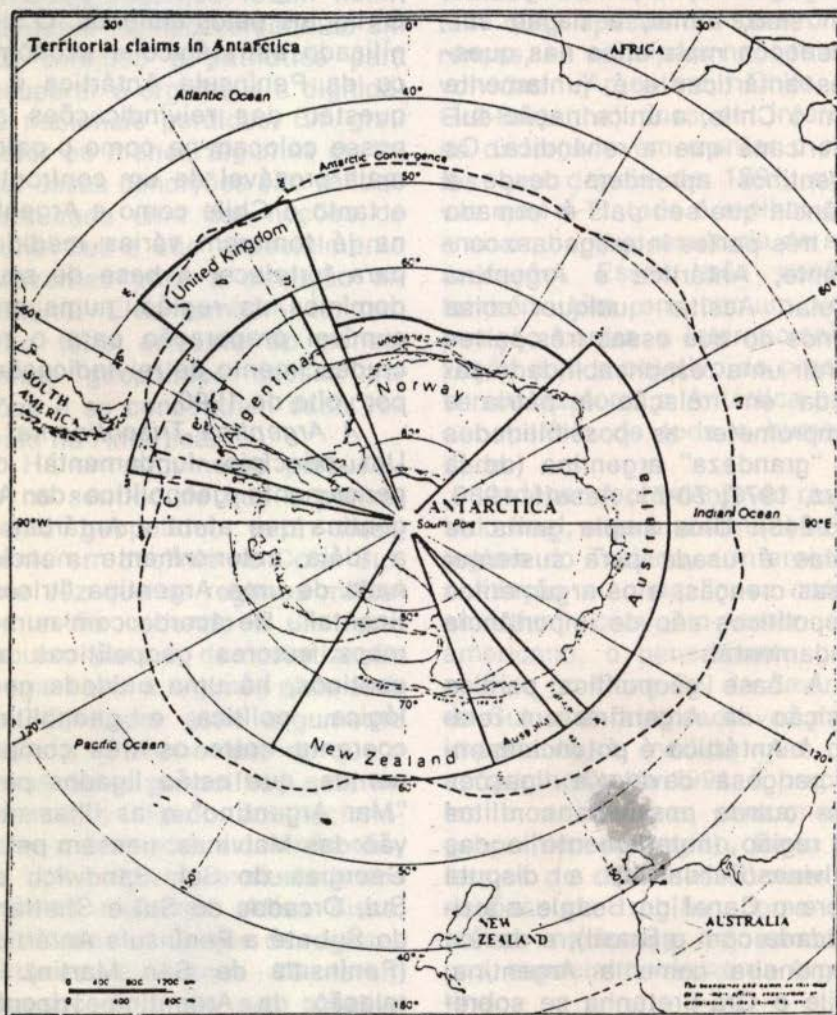
põem em suas reivindicações na Península Antártica (*Figura 1*). Devido a seus recursos e proximidades com a América do Sul, a península é a parte mais valiosa da Antártica. É interessante notar que ela é chamada de Península Palmer pelos ingleses. Península de San Martin pelos argentinos e Tierra de O'Higgins pelos chilenos. O significado estratégico e econômico da Península Antártica e a questão das reivindicações de posse colocam-na como o palco mais provável de um confronto, e tanto o Chile como a Argentina já tomaram várias medidas para fortalecer a base de seus domínios na região, numa presumível preparação para o recrudescimento de reivindicações por volta de 1990.

A Argentina Tricontinental – Um princípio fundamental do pensamento geopolítico da Argentina que afeta a Antártica é a idéia anteriormente mencionada de uma Argentina "tricontinental". De acordo com numerosos autores geopolíticos argentinos, há uma unidade geológica, política e geopolítica coerente entre os três componentes, que estão ligados pelo "Mar Argentino" e as ilhas que vão das Malvinas, passam pelas Georgias do Sul, Sandwich do Sul, Orcadas do Sul e Shetland do Sul até a Península Antártica (Península de San Martin). A relação da Argentina Triconti-

mental com o Atlântico Sul é enfatizada quando se dá a esta parte do Atlântico Sul o nome de "Mar Argentino" e salienta-se que a Argentina deve ter supremacia nesta região para proteger seus interesses vitais. A re-

gião também recebeu o nome de "Atlantártica" num livro de 1978, que argumentava que a grandeza da Argentina e sua influência no mundo derivariam do controle desse espaço geopolítico (Milia, 1978, 250). Esse con-

Figura: 1



ceito geopolítico ilustra bem a interligação dos vários conflitos potenciais na região envolvendo a Argentina: a proteção de interesses vitais da Argentina na Atlantártica exige a expulsão dos ingleses das Malvinas/Falklands, das ilhas do Sul e Antártica; exige também a rejeição das pretensões chilenas na Antártica e no Canal de Beagle, e a manutenção dos chilenos no Pacífico de onde eles fazem parte; e, finalmente, significa manter o Brasil nas águas tropicais e bloquear seus sonhos de projetar influência no extremo Atlântico Sul e Antártica.

O "*Projeto Nacional*" geopolítico – Um tema constante nos trabalhos geopolíticos argentinos mais recentes tem sido a busca de um "Projeto Nacional" relevante que uniria os argentinos e lhes permitiria reconquistar seu prestígio e *status* em termos mundiais. Os geopolíticos argentinos vêm elaborando uma série de esquemas complexos e criativos a esse respeito, incluindo planos ambiciosos para ligar sistemas fluviais, criar enormes lagos artificiais, mudar a capital para o interior e transferir grandes porções da população para as regiões praticamente desabitadas no Sul do país (Villegas, 1975; Campos, 1975). Trata-se de uma ironia que o único "Projeto Nacional" que realmente uniu temporariamente

os argentinos foi a tomada das Malvinas em abril de 1982. No final da década de 70 e início dos anos 80, alguns autores geopolíticos argentinos estavam de fato pedindo a invasão militar das ilhas em 1982 e 1983 se falhassem os meios pacíficos de recuperá-las. O tom chauvinista desses argumentos, e sua relação com a Antártica, foi captado por um deles, que escreveu, em 1980:

"A decisiva retomada das Malvinas, dentro do prazo final que nós estabelecemos como um plano de ação (isto é, num período de dois anos a começar de janeiro de 1981), alimentará o espírito dos argentinos. Será uma injeção de ânimo e um estímulo para nossa vocação para nosso destino. Provocará e comoverá a nação, marcando uma nova era de honra e progresso. Ela cimentará nosso domínio dos espaços marítimos, afirmará nossos direitos sobre o continente branco (isto é, Antártica), determinará a integridade física do país e, acima de tudo, elevará o moral da nação, dando-lhe confiança em si mesma" (Assef, 1980, 232).

Projetando essa estrutura de pensamento geopolítico para 1991 e assumindo que os ingleses continuarão a manter sua defesa militar nas Falklands e que a questão do Canal de

Beagle permanecerá das mais delicadas, não é difícil imaginar um "Projeto Nacional" argentino que tentará tornar realidade sua reivindicação de soberania na Antártica.

O desafio geopolítico chileno: Beagle, Bioceano e Antártica – o pensamento geopolítico argentino está intimamente ligado a esses três desafios chilenos. A arbitragem inglesa de 1977 que deu as ilhas do Canal de Beagle para o Chile foi rejeitada pela Argentina e quase levou as duas nações a uma guerra. A forte reação argentina não se deveu tanto às próprias ilhas quanto à ameaça que sua posse pelo Chile representaria para o princípio bioceânico e a reivindicação argentina da Antártica. O princípio bioceânico, de forma simplificada, afirma que o "Chile fica no Pacífico e a Argentina no Atlântico". A Argentina temia que a posse das ilhas violasse esse princípio, colocasse o Chile no Atlântico e prejudicasse seriamente os sonhos argentinos de sua coerência tricontinental ao romper a ligação entre a Argentina continental e sua reivindicação na Antártica (Child, 1985, 77-85; Fraga, 1979, 33-39). Embora a questão do Canal de Beagle pareça ter sido atenuada pela mediação do Atlântico e pelo Tratado Austral Argentino-Chileno, significativos setores nacionalistas na Argen-

tina se opõem ao acordo e continuam a suspeitar seriamente das motivações chilenas.

O desafio geopolítico inglês: Malvinas/Falklands e Antártica – O desafio inglês aos interesses argentinos na Antártica está centralizado no conflito do Atlântico Sul e na posse das Ilhas Malvinas/Falklands. A ligação entre as ilhas e as reivindicações antárticas concorrentes foram exploradas por Joyner (Joyner, 1980, 467-502) e por este autor (Child 1985, 112-122), mas é importante enfatizar novamente como o controle das Malvinas/Falklands (e outras ilhas ao Sul) afeta as possibilidades de cada uma das nações na Antártica. Embora a Argentina não precise das ilhas para apoio logístico de suas atividades na Antártica, ela realmente precisa negá-la aos ingleses e a qualquer outra nação. Para a Grã-Bretanha, as ilhas são importantes para suas reivindicações sobre a Antártica por motivos tanto jurídicos (a relação política entre as Dependências Falklands e a Antártica) quanto logísticos (a necessidade de uma base de operação próxima da reivindicação antártica).

Os autores geopolíticos argentinos fazem sempre a ligação entre a presença inglesa nas ilhas e a posse da Antártica e argumentam que a reivindicação argentina fica enfraquecida

enquanto houver penetração inglesa no "Mar Argentino". Durante (e depois) a luta no Atlântico Sul, vários analistas argentinos de geopolítica argumentavam que a razão para que a Inglaterra lutasse pelas ilhas, e a razão por que os Estados Unidos apoiaram a Inglaterra, era que havia grande necessidade de uma base da OTAN (ou Inglaterra-Estados Unidos) no Atlântico Sul, para proteger as passagens transoceânicas e os interesses antárticos de várias potências da OTAN (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Noruega, República Federal Alemã e Bélgica - Zariategui, 1983; Gamba, 1982).

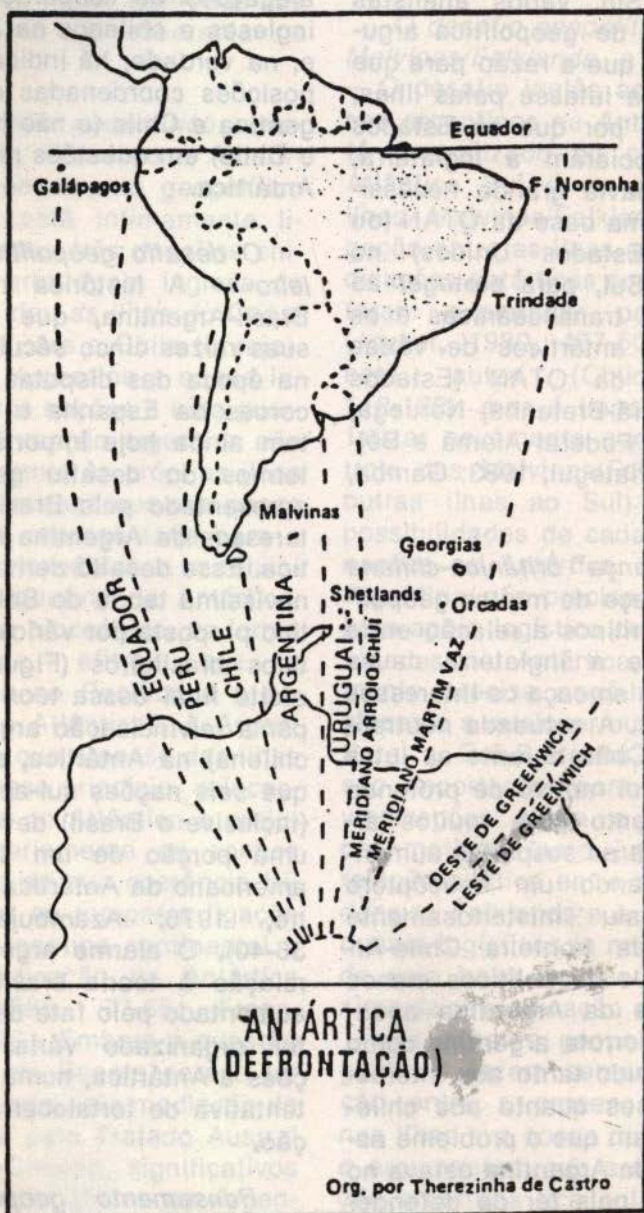
A "aliança" britânico-chilena - Na cabeça de muitos geopolíticos argentinos a relação entre o Chile e a Inglaterra causa suspeita e ameaça os interesses argentinos. A estudada neutralidade do Chile durante as lutas de 1982 foi motivo de profundo ressentimento para muitos argentinos, e as suspeitas aumentaram quando um helicóptero inglês caiu misteriosamente próximo da fronteira Chile-Argentina. Os geopolíticos menos reservados da Argentina apontavam a derrota argentina como tendo servido tanto aos interesses ingleses quanto aos chilenos e diziam que o problema estratégico da Argentina estava no fato de o país ter de defender

seus interesses em suas frentes (*La Prensa*, 1983). Contudo, essa suspeita não parece incluir alegações de cooperação entre ingleses e chilenos na Antártica e, na verdade, há indicações de posições coordenadas entre Argentina e Chile (e não Inglaterra e Chile) em questões relativas à Antártica.

O desafio geopolítico brasileiro - A histórica rivalidade Brasil-Argentina, que encontra suas raízes cinco séculos atrás, na época das disputas entre as coroas da Espanha e Portugal, tem ainda hoje importância em termos do desafio geopolítico apresentado pelo Brasil aos interesses da Argentina na Antártica. Esse desafio deriva de uma novíssima teoria do Setor Antártico proposta por vários geopolíticos brasileiros (Figura 2). O efeito final dessa teoria é solapar a reivindicação argentina (e chilena) na Antártica, sugerindo que seis nações sul-americanas (inclusive o Brasil) deveriam ter uma porção de um setor sul-americano da Antártica (de Castro, 1976; Azambuja, 1981, 36-40). O alarme argentino em relação à teoria brasileira tem aumentado pelo fato de o Brasil ter organizado várias expedições à Antártica, numa evidente tentativa de fortalecer sua posição.

Pensamento geopolítico e

Figura: 2



Tratado da Antártica – Os autores argentinos vêem o Tratado da Antártica com certa ambivalência. Preocupam-se com a forma como o Tratado permite a atividade política e científica de outra nação no setor argentino. Por outro lado, um trabalho isolado fora do Tratado não serviria aos interesses argentinos e muitos geopolíticos argentinos argumentam que as reivindicações de seu país têm sido protegidas pelo Tratado. Como diz um analista: "O Tratado não é perfeito, mas também não é ruim. É relativamente bom. Prejudica nossos direitos muito menos do que muitos acreditam. Não é um obstáculo que nos impedirá de buscar e aprofundar nossa presença e aperfeiçoar nossos direitos" (Assef, 1980, 242).

As atitudes geopolíticas da Argentina em relação aos recursos da Antártica são influenciadas pelo fato de que o país não tem nenhuma necessidade particularmente urgente de os desenvolver, mesmo que isto fosse viável (a Argentina é auto-suficiente em energia e é importante exportadora de alimentos). Assim, a ênfase argentina recai sobre a preservação do ambiente e no sentido de impedir que outros explorem recursos de que ela poderá um dia precisar.

Esse fato explica também por que a Argentina rejeita de forma tão vigorosa qualquer "in-

ternacionalização" da Antártica, muito embora esteja ansiosa para acumular apoio do Terceiro Mundo na questão anticolonial Malvinas/Falklands. Alguns autores geopolíticos sugeriram, de forma cautelosa, que a Argentina deveria trabalhar em cooperação com determinados Estados sul-americanos (Uruguai e Peru) nos projetos na Antártica como um passo para uma maior cooperação regional. Contudo, essas propostas tiveram impacto limitado, e seus autores sempre enfatizam que não devem ser interpretados como favoráveis a um recuo nas reivindicações de soberania da Argentina (Figuerola, 1983, 80; Leal, 1983, 25-34).

A atitude geopolítica predominante na Argentina em relação ao Tratado permanece sendo de cautela e de dar todos os passos possíveis para facilitar uma possível ativação de sua reivindicação de soberania. Esses passos incluem a colonização (isto é, estabelecimento de grupos familiares permanentes na Antártica), realização de vários atos administrativos (casamentos, nascimentos, atividades postais e de comunicação) e mesmo eventos folclóricos como forma de levar a cultura argentina ao continente. Alguns geopolíticos chegaram a propor que o Código Penal nacional fosse modificado de forma a abreviar as sentenças de prisão em dois

terços por tempo de serviço como colonos na Antártica; outros insistem que os mapas nacionais usem apenas nomes argentinos para acidentes topográficos na região (Palermo, 1980, 12-36).

Todos esses elementos do pensamento geopolítico argentino sugerem que a Argentina é uma candidata especial a desafiar ou deteriorar a continuidade do Tratado Antártico em 1991, especialmente se as condições internas tanto políticas como econômicas do país sejam tais que o governo venha a buscar uma causa nacionalista como uma atraente forma de distração dos problemas internos.

BIBLIOGRAFIA

1. Assef, Alberto E. *Proyección Continental de La Argentina*. Buenos Aires, Pleamar 1980.
2. Azambuja, Péricles "Antártida: Derecho que Tiene Brasil", *Geosur*, vol. 23 (1981), 36-40.
3. Campos, Oscar A. "Argentina Americana y Antártida Argentina". *Revista de la Escuela de Defensa Nacional* 9 (1975), 101-112.
4. Child, Jack. "Geopolitical Thinking in Latin America". *Latin American Research Review*, vol. 14 (1979), 89-111.
5. Child, Jack. *Geopolitics and Conflict in South America: Quarrels Among Neighbors*. New York, Praeger, 1985.
6. de Castro, Therezinha "Antarctica: Suas Implicações". *A Defesa Nacional* nº 702, 1982.
7. de la Cruz, Eduardo. "Derechos Argentinos Sobre La Antártida". *Estrategia*, 43-44 (1977), 70-71.
8. Figueroa, Francisco José, *Política Exterior Soberana*. Buenos Aires, Ediciones Tematicas, 1983.
9. Fraga, Jorge A. *Introducción a la Geopolítica Antártica*. Buenos Aires, Dirección Nacional del Antártico, 1978.
10. Gamba, Virginia. "La NATO y el Atlántico Sur". *Nación*, 1 de junho de 1982.
11. Joyner, Christopher C. "Anglo-Argentina Rivalry after the Falklands/Malvinas War: Laws, Geopolitics and the Antarctic Connection". *Lawyer of the Americas*, vol. 15 (Winter 1980), 467-502.
12. Leal, Jorge. "La Antártida Sudamericana y Latino-Americana". *Revista de la Escuela Superior de Guerra Argentina*, nº 469 (1983), 25-34.
13. Millia, Fernando. *La Atlantártida: Un Espacio Geopolítico*. Buenos Aires, Pleamar, 1978.
14. Palermo, Vicente "Descongelamento de la Antártida". *Revista de la Escuela de Defensa Nacional (Argentina)*, nº 27 (1980) 12-36.
15. *Prensa*, Buenos Aires, 11 de outubro de 1983.
16. Vaca Hernandez, José María. *Inquietudes y Realidades Antárticas: El Continente de Gondwana*. Buenos Aires, Ediciones Herald, 1977.
17. Villegas, Osiris. *Tiempo Geopolítico Argentino*. Buenos Aires, Pleamar, 1975.
18. Zariategui, Horacio. "Was the Malvinas a NATO Trap?" *Noticias Argentinas* traduzido em *Foreign Broadcast Information Service*, 17 de junho de 1983.

JACK CHILD - É professor de Estudos Hispânicos e Latino-americanos na American University.
